

Com Brasil

A natureza da crise

O deputado Delfim Netto (PPR-SP), em entrevista ao **CORREIO BRAZILIENSE** de domingo, insiste: a causa da crise econômica brasileira está na desorganização política. Portanto, superá-la não é propriamente desafio para o Ministério da Fazenda, e sim para o Congresso Nacional.

Com 30 partidos políticos registrados e 18 em funcionamento na Câmara — muitos dos quais com apenas um parlamentar e nenhuma representatividade —, não há funcionalidade política possível. E, sem ela, não se faz coisa alguma.

Para vencer a crise, o Governo precisa mexer na legislação. Mas, para fazê-lo, é obrigado a atender a 18 feudos políticos, todos absolutamente insaciáveis. Quanto menor e menos representativo o partido, maior sua voracidade e intransigência. O resultado é que não consegue governar. Há momentos raros, de intensa mobilização nacional — como o Plano Cruzado ou o impeachment de Collor —, em que é possível neutralizar a ação desses feudos.

O Brasil, no entanto — ou mais especificamente suas elites dirigentes —, tem sido pródigo em desperdiçá-los. Itamar, que se empossou no ambiente de consenso gerado pelo impeachment, não soube aproveitá-lo. Ao invés de organizar um Ministério de qualidade, recrutando os melhores quadros dirigentes do País — e, a partir daí, formular um projeto contra a crise —, decidiu satisfazer a voracidade dos feudos partidários. Não deu certo.

Mesmo nomeando gente recrutada no Congresso, junto aos partidos mais influentes, não conseguiu formar uma base parlamentar estável. Por isso, está envolvido em outra reforma

ministerial, cujo eixo é o novo ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, do PSDB. Delfim, como todos, rende homenagens ao talento do ministro. Mas não crê em seu êxito. A crise transcende talentos individuais e alcança estruturas. O Estado está falido e não cumpre suas tarefas mais elementares. Precisa rever gastos e receitas. Isso significa cortar pessoal e rever a legislação tributária.

A pergunta é: como fazê-lo num caos partidário, cativo dos interesses corporativistas? E a resposta é mais simples ainda: não é possível fazê-lo. Agora mesmo, diz o ex-ministro, o Governo acaba de conceder ao funcionalismo um aumento de 85 por cento, considerado insuficiente pelos servidores, que excede consideravelmente suas possibilidades. Fernando Henrique não pôde fazer nada, senão absorvê-lo. De um ano para cá, Delfim estima que a folha de pagamento do funcionalismo aumentou em 500 milhões de dólares por mês.

Não dá para bancar essa situação por muito tempo. Mas também não há meios de enfrentá-la sem respaldo político substancial que viabilize as reformas. E esse respaldo depende de organização político-partidária. Para obtê-la, só há um meio: reformas partidárias e eleitoral. A partir delas, diz Delfim, é possível estabelecer alguma funcionalidade política e, em decorrência, aplicar os remédios econômicos contra a crise.

A revisão constitucional de outubro é uma oportunidade — mais uma — de promover essas reformas. O detalhe, no entanto, é que os resultados só serão colhidos pelo futuro governo. E a inflação que aí está exige que alguma coisa seja feita já. Esse o desafio de Fernando Henrique.